



Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Departamento de Logística em Saúde
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira

DESPACHO

DLOG/CGORF/DLOG/SE/MS

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

À CGLAB

1. Fazendo-se alusão ao despacho CGLAB (0018384733), viemos por meio deste elucidar algumas questões:

1.1. O art. 58 da Lei nº 8.666/93 citado no referido despacho diz respeito ao Contrato Administrativo, ou seja, documento oriundo de processo administrativo de aquisição, seja ele de forma direta (inexigibilidade ou dispensa de licitação) ou por meio de processo licitatório;

1.2. O Termo assinado pelo Diretor do DLOG (0017878786) cancela a Dispensa de Licitação e todos os atos dela decorrentes (Nota de Empenho, Contrato, etc). Não se trata de cancelamento de instrumento contratual mas sim de cancelamento de todo o processo de aquisição direta.

1.3. Referindo-se ao art.59, parágrafo único, essa Coordenação transcreve que **"a nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que for declarada..."**. De certo, a Administração deve INDENIZAR o contratado, porém a custas de processo administrativo diverso, tendo sido reconhecida dívida líquida e certa por parte da fiscalização de contrato.

2. Sendo assim, restituimos o processo para que seja inserido aos autos nota técnica que explicita e reconheça a dívida do Ministério da Saúde para com a empresa LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA, bem como tal documento seja apreciado pela Consultoria Jurídica, conforme orientações contidas na NOTA TÉCNICA Nº 972 - CGU (0018544718).

MARCELO BATISTA COSTA
Coordenador-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGORF/DLOG/SE/MS

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Batista Costa, Coordenador(a)-Geral de Execução Orçamentária e Financeira**, em 12/01/2021, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com



fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015; e art. 8º, da Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0018543658** e o código CRC **7B9EDDBC**.

Referência: Processo nº 25000.142857/2020-89

SEI nº 0018543658